**A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA GESTÃO DE CRISES SANITÁRIAS**

De Freitas, Nívia Larice Rodrigues¹

Nobre, Paulo Victor Chaves²

Evaristo, Alana Carvalho³

Farias, Allyne Kelly Carvalho⁴

Crescencio, Nataline Ferreira⁵

Araújo, Jaqueline Barros da Silva⁶

Rodrigues, Leon Paiva⁷

Da Cruz, Vanderleia Luciana⁸

Ribeiro, Rafael Eduardo⁹

Dos Reis, Bruno César Victor¹⁰

Da Silva, Gabriela Garcia Vieira¹¹

De Oliveira, Maria Paula Nelson Spínola¹²

Zanoni, Orientador Rodrigo Daniel¹³

**RESUMO:** Crises sanitárias são emergências de saúde pública que envolvem rápida disseminação de doenças e impactos severos nas sociedades. Elas podem resultar de epidemias, pandemias, desastres naturais ou acidentes industriais. A gestão eficaz exige educação em saúde, prevenção, e participação comunitária para melhorar a resposta e fortalecer a resiliência. **OBJETIVOS**: O objetivo da pesquisa é analisar como a educação em saúde pode melhorar o enfrentamento de crises sanitárias, focando na prevenção, mobilização comunitária e mitigação de impactos. A pesquisa visa oferecer fundamentos para estratégias de gestão que combinem conhecimento técnico e participação popular, criando sistemas de saúde mais resilientes e eficazes. **METODOLOGIA**: A pesquisa, conduzida de janeiro a junho de 2024, focou na influência da Educação em Saúde na gestão de crises humanitárias. Foram revisadas fontes nas bases SciELO, Google Scholar e PubMed, usando os descritores: "Crises Sanitárias", "Educação em Saúde", "Crises Ambientais", "Vulneráveis", "Gestão em Saúde" e "Crise Humanitária". Foram selecionados artigos em português que analisavam a relação entre Educação em Saúde e gestão de crises, excluindo os que não atendiam aos critérios ou tinham metodologia inadequada. No total, quinze referências foram usadas para aprofundar a pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÕES**: A educação em saúde é essencial na gestão de crises sanitárias, ajudando a capacitar a população para entender riscos, adotar medidas preventivas e colaborar com as autoridades. Ela melhora a eficácia das estratégias nacionais e contribui para a construção de sistemas de saúde mais resilientes. A pandemia de COVID-19 destacou a importância de integrar educação em saúde nas políticas públicas, considerando fatores socioeconômicos e ambientais. A educação também desempenha um papel crucial na gestão de resíduos e na promoção de práticas sustentáveis, visando mitigar os impactos das crises e promover a resiliência comunitária. **CONCLUSÕES**: A gestão de crises sanitárias e a educação em saúde são essenciais para enfrentar emergências de saúde pública, como pandemias e desastres naturais. Integrar estratégias eficazes e educação para capacitar a população é crucial para uma resposta coordenada e sustentável. A educação em saúde deve ser inclusiva e adaptada às realidades locais para melhorar a resposta às crises e promover práticas sustentáveis.

**Palavras-Chave:** Educação em Saúde; Gestão em Saúde; Crise Humanitária

**Área Temática:** Ciências da Saúde

**E-mail do autor principal:** nivialaric@gmail.com

¹Medicina, Universidade Nilton Lins, Manaus- AM, nivialaric@gmail.com

²Biomedicina, Centro Universitário Maurício de Nassau, Fortaleza – CE, paulovictorcnpv@gmail.com

³Medicina, Universidade Nilton Lins, Manaus- AM, alanacarvalhoeva@gmail.com

⁴Biomedicina, Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí, Teresina- PI, allynnekelly@hotmail.com

⁵Enfermagem, Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora, Juiz de Fora- MG, natalinepsf@hotmail.com

⁶Fisioterapia, Centro Universitário Tiradentes (UNIT), Maceió- AL, jaquelinebarros2703@gmail.com

⁷Fisioterapia, Uninta, Sobral- CE, leonrodrigues1@hotmail.com

⁸Enfermagem, Anhanguera, Brasília- DF, vanderleialucianadacruz@gmail.com

⁹Nutrição, Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP, Palestina- SP, rafaelribeiro.nutri@gmail.com

¹⁰Medicina, Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, Juiz de Fora- MG, brunovitor2020@yahoo.com

¹¹Medicina, Universidade Evangélica de Goiás, Goiânia- GO, gabrielagarciavs@gmail.com

Medicina, Universidade Nilton Lins, Manaus- AM, paulinhaspinola12@gmail.com

¹³Médico Regulador e Diretor Técnico da Central de Regulação do Acesso - Sumaré, Faculdade São Leopoldo Mandic, Campinas- SP, drzanoni@gmail.com

**1. INTRODUÇÃO**

Uma crise sanitária pode ser definida como uma situação emergencial de saúde pública, caracterizada por uma rápida disseminação de doenças, aumento na mortalidade e incapacidade dos sistemas de saúde de responderem adequadamente às demandas impostas (De Andrade, 2021; Da Costa Lima, Torres, Rebouças, 2022). Essas crises são marcadas por um impacto generalizado na sociedade, que abrange não apenas a saúde física das pessoas, mas também fatores econômicos, sociais e ambientais (Batich, 2022; Sepúlveda, 2022). Elas frequentemente resultam em desestabilização social, exigindo ações rápidas e coordenadas para mitigar seus efeitos (Porto, 2024).

Os tipos de crises sanitárias podem variar em natureza e intensidade. Entre as mais comuns estão as epidemias e pandemias, como a de COVID-19, que resultam da propagação de agentes infecciosos em larga escala, causando impactos profundos e duradouros nas sociedades (Kerstenetzky, 2023; De Andrade, 2021). Outro tipo de crise sanitária são os desastres naturais, como enchentes e secas, que, embora não sejam diretamente relacionados a agentes patogênicos, provocam condições propícias para a disseminação de doenças, devido ao colapso de infraestruturas de saneamento e à contaminação de fontes de água (Alves Junior, 2022; Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024). Além disso, acidentes industriais, que envolvem a liberação de substâncias tóxicas, também são considerados crises sanitárias, pois afetam diretamente a saúde da população e do meio ambiente (AFRA, 2020; Dos Santos Farias, 2024). Crises ecológicas, como a degradação de ecossistemas e a perda de biodiversidade, também desempenham um papel crucial na emergência de doenças zoonóticas, que podem desencadear novas crises sanitárias (Sepúlveda, 2022; Lima, 2022).

Os fatores que podem causar crises sanitárias são variados e frequentemente interconectados. Entre os principais estão as intervenções humanas nos ecossistemas naturais, que desequilibram as relações entre os seres vivos e facilitam a emergência de novas doenças (De Andrade, 2021; Sepúlveda, 2022). A degradação ambiental, intensificada pela exploração insustentável dos recursos naturais e pelo uso excessivo de produtos químicos na agricultura, contribui significativamente para o surgimento de patógenos que podem se transformar em pandemias globais (Sepúlveda, 2022; Lima, 2022). Outro fator crítico é a globalização, que facilita a rápida disseminação de doenças ao redor do mundo, devido à intensificação do transporte internacional e ao aumento das interações entre diferentes populações (Batich, 2022; José Mediotte et al., 2021). A crise ambiental e o crescimento urbano desordenado também favorecem a proliferação de vetores de doenças, como mosquitos, aumentando a incidência de enfermidades como dengue, zika e chikungunya em regiões tropicais (Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024; Alves Junior, 2022).

Diante de uma crise sanitária, a falta de educação em saúde agrava significativamente os desafios enfrentados pelas populações afetadas. A ausência de conhecimento adequado sobre as medidas preventivas e a falta de comunicação clara entre os profissionais de saúde e o público resultam em uma resposta inadequada às ameaças emergentes (Fischer, 2022; De Andrade, 2021). Mesmo quando as informações sobre prevenção estão disponíveis, a dificuldade em traduzi-las em uma linguagem acessível e contextualizada para a população leva à baixa adesão às recomendações de saúde (Fischer, 2022; Porto, 2024). Em regiões mais vulneráveis, como comunidades rurais e áreas periféricas, essa lacuna na educação em saúde se torna ainda mais evidente, resultando em maior incidência de doenças e dificuldades na gestão de crises (Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024; Kerstenetzky, 2023). A desinformação, aliada ao medo e à desconfiança, pode levar ao aumento do pânico, à disseminação de boatos e à resistência às intervenções de saúde pública, como vacinação e medidas de isolamento social (De Andrade, 2021; José Mediotte et al., 2021).

A gestão em saúde tem o potencial de transformar esse cenário por meio de estratégias eficazes que integram educação, prevenção e participação comunitária (Porto, 2024; Batich, 2022). A implementação de programas de educação em saúde é essencial para capacitar as populações a adotarem comportamentos preventivos e para fortalecer a resiliência comunitária em face de crises sanitárias (De Andrade, 2021; Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024). A educação em saúde, quando bem estruturada, não só promove a conscientização sobre os riscos de saúde, mas também encoraja a participação ativa da população na gestão de crises, mobilizando recursos locais e fortalecendo a coesão social (Kerstenetzky, 2023; Porto, 2024).

Além disso, a gestão de resíduos de serviços de saúde (RSS) é outro componente crítico na mitigação de crises sanitárias (Dos Santos Farias, 2024; Sepúlveda, 2022). A produção e o descarte inadequado de resíduos perigosos podem causar contaminações e ampliar os impactos de crises sanitárias, destacando a necessidade de políticas de gerenciamento eficientes que protejam a saúde pública e o meio ambiente (Dos Santos Farias, 2024; Alves Junior, 2022). A educação em saúde, nesse contexto, é fundamental para conscientizar tanto os profissionais de saúde quanto a população sobre as melhores práticas para o manejo seguro desses resíduos (Dos Santos Farias, 2024; Porto, 2024).

A crescente complexidade das crises sanitárias, intensificada por fatores como a degradação ambiental, globalização e desinformação, ressalta a importância de uma abordagem integrada e informada para a gestão dessas emergências. A inter-relação entre saúde pública, educação e políticas sustentáveis evidencia a necessidade de um aprofundamento no estudo da educação em saúde como ferramenta estratégica para mitigar os impactos de crises como a pandemia de COVID-19. Assim, este estudo se justifica pela urgência em consolidar e ampliar a discussão sobre a relevância da educação em saúde na gestão de crises sanitárias, explorando como o fortalecimento do conhecimento público pode contribuir para respostas mais eficazes e sustentáveis em diferentes contextos.

O objetivo desta pesquisa é analisar a importância da educação em saúde no enfrentamento de crises sanitárias, com foco na prevenção, mobilização comunitária e mitigação dos impactos dessas emergências. Busca-se fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias de gestão que integrem conhecimento técnico e participação popular, contribuindo para a criação de sistemas de saúde mais resilientes e capazes de responder de forma equitativa e eficiente às crises sanitárias contemporâneas.

**2. MÉTODO OU METODOLOGIA**

O presente estudo constitui uma revisão bibliográfica narrativa qualitativa da literatura focada na relevância da Educação em Saúde no contexto da Gestão em Saúde durante Crises Humanitárias. O objetivo principal foi examinar como a Educação em Saúde pode influenciar e melhorar a gestão de crises sanitárias. A definição do tema e a formulação da pergunta norteadora foram precedidas pela busca de definições e conhecimentos teóricos prévios, com o intuito de formular uma questão de pesquisa significativa na área. A pergunta norteadora elaborada foi: Qual é a importância da Educação em Saúde na Gestão de Crises Humanitárias?

A pesquisa foi conduzida de janeiro de 2024 a junho de 2024, utilizando termos relevantes ao tema, como: Crises Sanitárias, Educação em Saúde, Crises Ambientais e Vulneráveis. Foram realizadas revisões bibliográficas em bases de dados como SciELO, Google Scholar e PubMed, empregando os seguintes termos de busca: “Educação em Saúde”; “Gestão em Saúde”; “Crise Humanitária”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos em língua portuguesa que analisavam a relação entre Educação em Saúde e Gestão de Crises Humanitárias e suas implicações práticas e teóricas. Foram excluídos artigos que não atendiam a esses critérios ou que apresentavam uma estrutura metodológica inadequada. A revisão integrativa permitiu identificar o tipo de estudo e possibilitou a reprodução da metodologia empregada. Após a seleção dos estudos apropriados, foram utilizadas quinze referências, considerando que algumas não estavam alinhadas com o objetivo do estudo, que buscava aprofundar-se nos temas que sustentam a pesquisa.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A relevância da educação em saúde na gestão de crises sanitárias tem se mostrado crucial em um mundo cada vez mais suscetível a emergências globais. Crises como pandemias, desastres naturais e surtos de doenças infecciosas destacam a necessidade de uma resposta integrada e bem coordenada que abranja desde a intervenção imediata até a preparação a longo prazo. Para que essa resposta seja eficaz, é essencial que a educação em saúde capacite a população a compreender os riscos, adotar medidas preventivas e colaborar com as autoridades. Organizações internacionais como as Nações Unidas, a União Europeia e a NATO têm desempenhado papéis fundamentais ao criar normativas para a mitigação dessas crises (AFRA, 2020). No entanto, a educação em saúde surge como um fator decisivo para aprimorar a eficácia das estratégias nacionais, ao considerar variáveis como idade, gênero e escolaridade para desenvolver ações mais inclusivas e eficazes (Fischer, 2022).

Nesse cenário, a educação em saúde surge como uma ferramenta essencial para conscientizar e formar criticamente os indivíduos, capacitando-os a compreender as causas subjacentes às crises e a atuar de forma preventiva e mitigadora (Da Costa Lima, Torres, Rebouças, 2022). Embora a educação em si não mude o mundo diretamente, ela tem o potencial de transformar a consciência dos indivíduos, que, por sua vez, podem influenciar positivamente as dinâmicas sociais e ambientais (Batich, 2022; Da Costa Lima, Torres, Rebouças, 2022). Dessa forma, a educação desempenha um papel crucial na renovação cultural e na superação de ameaças à estabilidade socioambiental, especialmente em momentos de crise (Da Costa Lima, Torres, Rebouças, 2022). Metodologias ativas e o uso de tecnologias avançadas na educação em saúde têm fortalecido o campo, promovendo a internacionalização e o engajamento de estudantes e professores na busca por soluções para problemas globais complexos (Batich, 2022).

Além disso, a inclusão de metodologias educacionais que integrem conhecimento popular e acadêmico é fundamental para a formulação de estratégias eficazes na conservação da biodiversidade e na prevenção de acidentes, como os ofídicos (Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024). No Brasil, um país de megadiversidade, é crucial entender as interações entre humanos e o ambiente para desenvolver programas educacionais que abordem tanto a conservação quanto a saúde pública (Batich, 2022; Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024). A capacitação contínua de profissionais de saúde e a disseminação de conhecimentos sobre primeiros socorros e tratamentos adequados são essenciais para reduzir a mortalidade e as sequelas desses acidentes (Dos Santos Silva, Andrade, Nunes, 2024). A sociedade, portanto, precisa refletir sobre sua capacidade de resposta a pandemias, com ênfase na conservação ambiental e na promoção da qualidade de vida, destacando a educação em saúde como pilar fundamental na construção de novas estratégias (De Andrade, 2021).

Metodologias que revisam aspectos sociológicos e ecológicos da COVID-19 revelam sobre como a educação para a saúde pode contribuir significativamente para a prevenção e controle de crises sanitárias (De Andrade, 2021). A alfabetização em saúde, ou seja, a capacidade da população de compreender e utilizar informações de saúde para tomar decisões adequadas, revelou-se insuficiente em muitos países, especialmente no Brasil, onde a adesão às medidas de biossegurança foi limitada (De Andrade, 2021; Kerstenetzky, 2023). Essa lacuna enfatiza a urgência de fortalecer a educação em saúde como processo político-pedagógico, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e capacitando os indivíduos a atuar de forma autônoma e responsável em questões de saúde pública (De Andrade, 2021). A vulnerabilidade social exacerbada pela pandemia também evidenciou a necessidade de superar desafios relacionados à educação em saúde para reduzir a incidência de doenças como a COVID-19, especialmente em comunidades desfavorecidas (Kerstenetzky, 2023; De Andrade, 2021).

No contexto das economias modernas, a provisão de serviços sociais públicos contribui não só para a integração social, mas também para a estabilidade econômica e a mitigação de desigualdades, aspectos que se tornaram ainda mais críticos durante crises sanitárias globais (Kerstenetzky, 2023). Em países desenvolvidos, uma parcela significativa do PIB é dedicada a esses serviços, refletindo sua importância econômica e social (Kerstenetzky, 2023).  No entanto, em países em desenvolvimento, como o Brasil, há uma lacuna substancial que precisa ser superada para que esses serviços desempenhem plenamente seu papel na redução da pobreza e da desigualdade (Kerstenetzky, 2023). Esse cenário foi particularmente influenciado pela redemocratização do Brasil, quando sindicatos e movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na reivindicação por melhores condições de trabalho e saúde (Kerstenetzky, 2023). A criação de conselhos estaduais e municipais de saúde, frequentemente em colaboração com os Ministérios Públicos, permitiu o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde que refletem as demandas populares e fortalecem a luta por direitos fundamentais (Porto, 2024).

A articulação entre movimentos sindicais e instituições acadêmicas, especialmente nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, consolidou um espaço privilegiado de inovação e resistência, onde as práticas de saúde do trabalhador foram profundamente influenciadas por uma análise crítica das condições de trabalho e pelas tecnologias associadas (Kerstenetzky, 2023; Porto, 2024). Nesse contexto, a educação em saúde assume um papel transformador, promovendo a participação ativa dos trabalhadores e suas comunidades na identificação e gestão dos riscos associados às suas atividades laborais. Essa abordagem participativa é crucial para desconstruir práticas tradicionais de prevenção, muitas vezes superficiais, que não consideram as complexidades do trabalho real e os desafios impostos por uma sociedade globalizada e interconectada (Porto, 2024). A educação em saúde, portanto, se revela como uma ferramenta fundamental para a construção de uma cidadania ativa e consciente, capaz de enfrentar crises sanitárias com uma abordagem integrada e democrática (Porto, 2024).

Esse enfoque educacional também é essencial em áreas fortemente dependentes de atividades econômicas, como o turismo (José Mediotte et al., 2021). A pandemia destacou a importância de medidas educacionais para sensibilizar a população sobre práticas seguras e desenvolver políticas públicas que integrem saúde e economia de maneira equilibrada (José Mediotte et al., 2021). Historicamente, a persistência de doenças infecciosas sublinha a necessidade de políticas públicas que priorizem a saúde coletiva e a educação em saúde como estratégias centrais para a preparação e resposta a crises futuras (Lima, 2022). A gestão eficaz de crises sanitárias requer não apenas a aplicação de medidas imediatas, como a vacinação e distanciamento social, mas também um enfoque sustentável que considere as relações entre humanos, animais e o meio ambiente (José Mediotte et al., 2021; Lima, 2022).

A pandemia de COVID-19 também trouxe à tona novas dimensões de insegurança alimentar e nutricional, exacerbando desigualdades existentes e revelando a necessidade de reavaliar os modelos econômicos e sociais vigentes (Sepúlveda, 2022). Iniciativas como a Chácara Bindu, que integra práticas agroecológicas com ações de educação e saúde, mostram como a educação em saúde pode ser uma ferramenta poderosa na promoção da segurança alimentar e da resiliência comunitária (Sepúlveda, 2022; José Mediotte et al., 2021). A análise das condições de saneamento e das respostas a desastres, como as enchentes de 2021 na Bahia, reforça a necessidade de diagnósticos profundos e de estratégias integradas para minimizar os impactos de futuros eventos (Alves Junior, 2022). A integração de avaliações sanitárias nas estratégias de gestão de crises é essencial para a eficácia das respostas a desastres. O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) surge como uma ferramenta vital para garantir a disposição correta e segura desses resíduos, destacando a importância de integrar a educação em saúde na formação dos profissionais envolvidos no manejo desses materiais (Dos Santos Farias, 2024; Alves Junior, 2022). A educação em saúde pode proporcionar uma abordagem estratégica para a prevenção e o manejo adequado de resíduos, contribuindo para a proteção dos profissionais e da comunidade (Dos Santos Farias, 2024). Em países desenvolvidos, a resposta estatal à crise sanitária incluiu políticas para mitigar a instabilidade econômica e proteger os trabalhadores, como o pagamento de salários e a suspensão de contratos de trabalho, minimizando o impacto econômico (Domingues, 2021). Entretanto, a pandemia revelou desigualdades amplificadas, especialmente entre grupos específicos da população, como as mulheres, que enfrentaram um aumento significativo do desemprego (Domingues, 2021; Dos Santos Farias, 2024).

Esse cenário sublinha a necessidade de políticas de saúde pública que integrem a educação em saúde, não apenas para enfrentar crises sanitárias, mas também para lidar com suas repercussões sociais e econômicas (Domingues, 2021). A crise evidenciou a fragilidade dos sistemas de saneamento e a necessidade de uma resposta coordenada e bem planejada para evitar a degradação ambiental e proteger a saúde pública (Domingues, 2021; Dos Santos Farias, 2024). Assim, a educação em saúde emerge como uma ferramenta crucial para o manejo eficaz de crises sanitárias, a promoção de práticas sustentáveis e a construção de resiliência comunitária frente a futuras emergências (Domingues, 2021).

**4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, a complexidade e a relevância da gestão de crises sanitárias e da educação em saúde são evidentes em um mundo cada vez mais propenso a emergências de saúde pública. Crises sanitárias, que incluem pandemias, epidemias, desastres naturais e acidentes industriais, têm impactos profundos e abrangentes, afetando não apenas a saúde pública, mas também os âmbitos econômico, social e ambiental das sociedades. Portanto, é essencial integrar estratégias de gestão eficazes que envolvam a preparação, a intervenção e a educação em saúde para enfrentar esses desafios de maneira coordenada e sustentável.

A educação em saúde emerge como um componente crucial para capacitar as populações a responder de forma mais eficaz e informada durante crises. A compreensão e aplicação adequada de medidas preventivas, acompanhada de uma comunicação clara entre profissionais e o público, pode transformar significativamente a resposta a essas situações emergenciais. Contudo, a lacuna existente na educação em saúde, especialmente em comunidades vulneráveis e em contextos de alta desinformação, destaca a necessidade urgente de estratégias educativas mais inclusivas e adaptadas às realidades locais.

Além de capacitar indivíduos e comunidades, a educação em saúde desempenha um papel vital na promoção de práticas sustentáveis e na melhoria das respostas às emergências sanitárias. A integração de conhecimentos acadêmicos e populares, aliada à aplicação de metodologias ativas, são abordagens eficazes para fortalecer a resiliência comunitária e melhorar a gestão das crises. A ampliação do conhecimento público e a formulação de políticas de saúde que considerem aspectos econômicos e sociais são indispensáveis para assegurar respostas mais equitativas e eficazes às emergências sanitárias contemporâneas.

**REFERÊNCIAS**

AFRA, Maria Cantinho da Silva. **O Sistema Nacional de Gestão de Crises e o Normativo Internacional: compatibilidades e incongruências: o caso da resposta a acidentes graves e catástrofes**. 2020. Tese de Doutorado.

ALVES JUNIOR, Alexandre Bernardo. **Saneamento e gestão de resposta a desastres frente a situações emergenciais motivadas por enchentes: o caso do extremo sul da Bahia.** 2022.

AZEVEDO, Deborah Chein Bueno de et al. Desastre de Brumadinho: contribuições para políticas públicas e gestão do saneamento em períodos emergenciais. ***Saúde em Debate***, v. 44, p. 221-233, 2020.

BATICH, Paula Simão. **Sustentabilidade na educação em saúde global: estudos de caso nos programas de pós-graduação das Universidades de São Paulo (BR), Genebra (SWI) e Barcelona (ES).** 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DA COSTA LIMA, Gustavo Ferreira; TORRES, Maria Betânia Ribeiro; REBOUÇAS, João Paulo Pereira**.** A Educação Ambiental crítica brasileira frente às crises contemporâneas: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA**), v. 17, n. 5, p. 117-131, 2022.

DE ANDRADE, Vagner Luciano**.** **Analfabetismo sanitário, saúde ambiental e educação em saúde.**

DOMINGUES, Alice Maciel. **Gestão de crise sanitária e negociação coletiva: a aplicação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda no Município do Rio de Janeiro.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)-Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DOS SANTOS FARIAS, Sonia Maria; DA SILVA FIGUEIREDO, Graciete; DE DEUS, Ricardo Jorge Amorim. Educação permanente na gestão de resíduos em hospitais públicos e privados no Brasil: uma revisão integrativa de literatura. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 6, p. e5018-e5018, 2024.

DOS SANTOS SILVA, Angélica Verônica; ANDRADE, Raquel Dully; NUNES, Juliano Fiorelini. Atitudes e políticas ambientais para a conservação das serpentes e prevenção de acidentes ofídicos: Uma revisão integrativa**. Research, Society and Development**, v. 13, n. 4, p. e2713445451-e2713445451, 2024.

FISCHER, Marta Luciane**.** Vivências de 30 anos do loxoscelismo em Curitiba, Paraná, Brasil: rumos de uma educação em saúde disruptiva, inclusiva, humanitária e sustentável. **Revista Inclusiones**, v. 9, n. 3, p. 52-77, 2022.

JOSÉ MEDIOTTE, Elias et al. Planejamento público e gerenciamento de crises na pandemia da Covid-19 em destinos turísticos no Brasil: Ações sustentáveis ou reações econômicas? ***Dos Algarves:* A Multidisciplinary e-Journal**, n. 40, 2021.

KERSTENETZKY, Celia Lessa et al**. Serviços de educação e saúde públicas: uma estimativa de déficits de provisão e impactos socioeconômicos e ambientais de ampliações no Brasil.** 2023. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, Nísia Trindade**.** Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe6, p. 9-24, 2022.

PORTO, Marcelo Firpo**.** Prevenção, emancipação social e transição paradigmática: uma trajetória interdisciplinar de 40 anos no Brasil sobre acidentes e desastres. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, p. e00169123, 2024.

SEPÚLVEDA, Ximena Soledad Moreno et al. Chácara Bindu, uma experiência de agroecologia, conservação produtiva, educação e saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 518-526, 2022.